

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.050 - BA (2019/0167721-3)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**RECORRENTE : LUIZ VIEIRA DOS SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : FABRICIO BARBOZA DOS SANTOS - BA038398**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, sem pedido liminar, interposto por **LUIZ VIEIRA DOS SANTOS**, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia** nos autos do **Writ n. 8021934-33.2018.8.05.0000**.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 121, § 2º, IV, c.c. o artigo 29, ambos do Código Penal (fls. 13-14), tendo a denúncia sido recebida pelo d. Magistrado de 1º grau em 7/8/2018 (fl. 72).

Irresignada, a Defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal de origem, objetivando, em razão da ausência de justa causa, o trancamento da ação penal, mas a ordem foi denegada (fls. 108-114). Eis a ementa do v. acórdão:

*"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO CONFIGURAÇÃO. INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE PARA PERSECUÇÃO PENAL DEMONSTRADOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA.*

*I - O paciente e outros dois indivíduos foram denunciados no dia 18 de julho de 2018, pela suposta prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal. Na impetração, alega a existência de constrangimento ilegal, sob o fundamento de que a inicial acusatória fora recebida sem que exista justa causa, porquanto não apontou o mínimo de indício de autoria exigido para tanto, razão pela qual pugna pelo trancamento do procedimento de persecução criminal.*

*II - Extraí-se da exordial acusatória, em síntese, que no dia 11 de setembro de 2015, por volta de 23h30min, na Estrada do Polivalente, no Beco da Baiuca, em Maragojipe, o ora*

*paciente, conhecido como "NAZARÉ", na companhia dos corréus Ademir Raimundo Lopes dos Santos, Joabe dos Santos Boaventura e Sandro Carvalho dos Santos, portando armas de fogo, deflagraram tiros contra a vítima Max Aurélio Prazeres da Silva, atingindo-lhe as regiões vitais, razão pela qual ocasionaram sua morte.*

*Segundo a peça acusatória, os acusados integram a facção criminosa denominada por "KATIARA", sendo esta responsável pela distribuição de drogas na cidade de Maragogipe e por homicídios ocorridos na região.*

*III - É cediço que o trancamento da ação penal por ausência de justa causa, na via estreita do habeas corpus, é medida excepcional, somente admissível quando evidenciada a atipicidade do fato, a ausência de indícios de autoria e materialidade ou na ocorrência de causa extintiva da punibilidade, o que não é o caso dos autos.*

*IV - Verifica-se que a prova da materialidade está evidenciada através do Laudo de Exame de Necrópsia, no qual consta que a vítima faleceu por traumatismo crânio encefálico decorrente de instrumento perfuro contundente, qual seja, projétil de arma de fogo. Quanto aos indícios de autoria, exsurge do encarte processual que foram realizadas interceptações telefônicas, cujos áudios produzidos demonstraram que o ora paciente teria participado da ação criminosa, juntamente com os indivíduos "SHARON", "DINO", "MIKA", "ZE COMÉIA", ANDRE, JOAB, JOSÉIAS e "LATOIA", dentre outros, não havendo que se falar, portanto, em ausência de suporte probatório para início da ação penal.*

*V - Parecer Ministerial opinando pela denegação da ordem.*

*HABEAS CORPUS CONHECIDO E DENEGADO."*

Daí o presente **writ**, no qual a Defesa reitera as alegações vertidas na origem, sustentando, em suma, ausência de justa causa para a propositura da **Ação Penal n. 0000055-11.2018.8.05.0161**.

Destaca que *"a laudatória denúncia não se apoia em prova alguma. Suas conclusões estão completamente divorciadas dos elementos indiciários coligidos no inquérito policial que lhe serviu de base"* (fl. 117).

Aduz ainda que *"em realidade, não se pode admitir que um cidadão de bem, primário e portador de bons antecedentes, a favor de quem milita o*

*princípio da presunção de inocência, seja processado por fato que não encontra nenhum amparo indiciário nos elementos do inquérito policial"* (fl. 119).

Pretende, ao final, que *"seja concedida ordem de habeas corpus em favor do Paciente para trancar, por falta de justa causa, a ação penal nº 0000055-11.2018.8.05.0161, em trâmite na 1ª Vara Criminal da Comarca de Maragogipe/Bahia"* (fl. 120).

Informações prestadas às fls. 138-156, 175-178 e 181-213.

O Ministério Público Federal, às fls. 216-217, manifestou-se pelo desprovemento do recurso, em parecer com a seguinte ementa:

*"PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PEDIDO DE NULIDADE DA DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO ARCABOUÇO FÁTICO-PROBATÓRIO. PEDIDO INVIÁVEL NA VIA ELEITA. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO."*

**É o relatório.**

**Decido.**

Consigne-se, **ab initio**, que o trancamento da ação penal constitui medida de exceção, justificada apenas quando comprovadas, **de plano**, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, **inépcia da exordial acusatória, atipicidade da conduta, presença de causa de extinção de punibilidade ou ausência de indícios mínimos de autoria ou de prova de materialidade.**

No presente caso, busca-se o trancamento da **Ação Penal n. 0000055-11.2018.8.05.0161**, ao argumento, em síntese, da ausência de justa causa para sua propositura.

No que concerne à justa causa, ressalte-se que o trancamento da ação somente se justifica se configurada, de plano, por meio de prova pré-constituída, diga-se, **a inviabilidade da persecução penal.**

A liquidez dos fatos, cumpre ressaltar, **constitui requisito inafastável na apreciação da justa causa**, pois o exame aprofundado de provas é inadmissível no espectro processual do **habeas corpus** ou de seu recurso ordinário, cujo manejo pressupõe **ilegalidade ou abuso de poder flagrante a ponto de ser demonstrada de plano**.

Com efeito, segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a presença de **indícios mínimos** de autoria. Não é exigida certeza, que a toda evidência somente será comprovada ou afastada durante a instrução probatória. Prevalece, na fase de oferecimento da denúncia, o princípio do **in dubio pro societate**:

*"RECURSO EM HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA. PRATICADA POR AGENTE QUE SE SERVE DE ANONIMATO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CONFIGURADA. ART. 41 DO CPP ATENDIDO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO COMPROVAÇÃO. INDÍCIOS DE AUTORIA PRESENTES. AUSÊNCIA DE DOLO. NEGATIVA DE AUTORIA. APROFUNDADO EXAME DO ACERVO PROBATÓRIO. INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA DO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. DECISÃO QUE ANALISA A RESPOSTA ESCRITA. FUNDAMENTAÇÃO EXAURIENTE. DESNECESSIDADE. RECURSO DESPROVIDO.*

*I - O trancamento da ação penal constitui medida de exceção, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, inépcia da inicial acusatória, atipicidade da conduta, presença de causa de extinção de punibilidade ou ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria.*

*[...]*

*IV - No que concerne à justa causa para a persecução penal, ressalte-se que a liquidez dos fatos constitui requisito inafastável na apreciação da justa causa, pois o exame aprofundado de provas é inadmissível no espectro processual do habeas corpus ou de seu recurso ordinário, cujo manejo pressupõe ilegalidade ou abuso de poder flagrante a ponto de ser demonstrada de plano.*

*V - Segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a prova da materialidade e a presença de indícios mínimos de autoria. Prevalece, na fase de oferecimento da denúncia, o princípio do in*

***dubio pro societate.***

VI - No presente caso, é possível verificar a presença dos indícios mínimos necessários para a persecução penal, sendo certo que o acolhimento da tese defensiva - de negativa de autoria - demandaria necessariamente amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento a toda evidência incompatível com a via do habeas corpus e do seu recurso ordinário.

VII - A decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) e aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397), não demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório.

VIII - In casu, a decisão que analisou a resposta à acusação apontou a existência de indícios mínimos de materialidade e autoria necessários para a persecução penal, de forma sucinta, porém suficiente.

Recurso em habeas corpus desprovido." (RHC 103.551/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe 19/11/2018, grifei)

**"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. INQUÉRITO. LAVAGEM DE DINHEIRO. TRANCAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES. EXCEPCIONALIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PLANO DE POSSÍVEL CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento do inquérito por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, inócorrentes na espécie.

3. Embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despídos de qualquer sustentáculo

*probatório, nessa fase processual deve ser privilegiado o princípio do in dubio pro societate. De igual modo, não se pode admitir que se termine por cercear o jus accusationis do Estado, salvo se manifestamente demonstrada a carência de justa causa para o exercício de futura e eventual ação penal.*

*4. No caso em exame, a teor do que se infere dos autos, verifica-se indícios da prática pelo paciente do delito pelo qual está sendo investigado (lavagem de dinheiro), o que demonstra a necessidade de que o inquérito policial transcorra seu curso, para a completa apuração dos fatos, com a reunião dos elementos probatórios necessários para formação da opinião delicti pelo Ministério Público.*

*[...]*

*7. Habeas corpus não conhecido." (HC 451.905/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe 09/10/2018)*

**"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AMBIGUIDADE, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INDÍCIOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA. MATÉRIA QUE DEPENDE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. EMBARGOS REJEITADOS.**

*1. Apenas se admite embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o disposto no art. 619 do CPP.*

*2. A extinção da ação penal, por falta de justa causa ou por inépcia situa-se no campo da excepcionalidade, pois somente é cabível o trancamento da exordial acusatória por meio de habeas corpus quando houver comprovação, de plano, da ausência de justa causa, seja em razão da atipicidade da conduta supostamente praticada pelo acusado, seja da ausência de indícios de autoria e materialidade delitiva, ou ainda da incidência de causa de extinção da punibilidade.*

*3. A materialidade e autoria do delito, em concreto, serão aferidas no decorrer da instrução processual, porquanto não identificável de plano a participação de cada acusado, impossibilitando, assim, a absolvição sumária, ressaltando-se, ainda, que o fato de a acusação ter imputado a mesma conduta a vários denunciados não torna a denúncia genérica. Precedentes do STJ.*

*4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no*

RHC 85.172/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 31/10/2018, grifei)

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ASFIXIA. CRIANÇA DE 9 MESES DE IDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI DELITIVO. EXCESSO DE PRAZO. DESÍDIA ESTATAL NÃO CONFIGURADA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.*

*1. As instâncias ordinárias, a partir dos elementos indiciários presentes nos autos, concluíram pela existência do fumus comissi delicti necessário para a decretação da prisão preventiva do Recorrente, de forma que a revisão desta premissa exigiria aprofundada incursão em matéria fático-probatória, o que não é possível na via estreita do recurso ordinário em habeas corpus.*

*2. Sendo constatada pelas instâncias ordinárias a existência de indícios de materialidade e autoria delitivas, não é possível o trancamento da ação penal pela via excepcional do habeas corpus.*

*3. A prisão preventiva está adequadamente fundamentada na espécie, tendo em vista que as circunstâncias concretas do delito evidenciam a necessidade da constrição cautelar para a garantia da ordem pública - asfixia de criança absolutamente indefesa (9 meses de idade).*

*4. Não se vislumbra na hipótese a ocorrência de desídia estatal ou retardamento injustificada da ação penal aptos a ensejar o relaxamento da prisão por excesso de prazo.*

*5. Recurso ordinário desprovido."* (RHC 99.099/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Laurita Vaz**, DJe 24/09/2018, grifei)

No mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do col. **Supremo Tribunal Federal**:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE. INOCORRÊNCIA.*

*1. Quando do recebimento da denúncia, não há exigência de cognição e avaliação exaustiva da prova ou apreciação exauriente dos argumentos das partes, bastando o*

*exame da validade formal da peça e a verificação da presença de indícios suficientes de autoria e de materialidade.*

**2. O trancamento da ação penal na via do habeas corpus só se mostra cabível em casos excepcionalíssimos de manifestas (i) atipicidade da conduta, (ii) presença de causa extintiva de punibilidade ou (iii) ausência de suporte probatório mínimo de autoria e materialidade delitivas, o que não ocorre no presente caso.**

3. Agravo regimental conhecido e não provido" (HC n. 1.419.18/RS AgR, **Primeira Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Rosa Weber**, DJe de 19/06/2017, grifei).

*"Processual penal. Agravo regimental em Habeas corpus. Posse de munição. Alegação de atipicidade da conduta. Improcedência. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.*

**1. O trancamento da ação penal pela via processualmente restrita do habeas corpus só é possível quando estiverem comprovadas, de plano, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a evidente ausência de justa causa. Precedentes.**

2. Não há possibilidade de concessão da ordem de ofício, tendo em vista que os autos não evidenciam teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (HC n. 138.157/MG AgR, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Roberto Barroso**, DJe de 19/06/2017, grifei).

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ALEGADA NULIDADE DO ATO DECISÓRIO QUE SUPOSTAMENTE TERIA DETERMINADO A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COM APOIO EXCLUSIVO EM DELAÇÃO ANÔNIMA. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE FARTA DOCUMENTAÇÃO REVELADORA DE INDÍCIOS DA PRÁTICA DE CRIMES. INSTAURAÇÃO PRÉVIA DE INQUÉRITO POLICIAL PARA EFEITO DA VÁLIDA DECRETAÇÃO DE QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRETENDIDO TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR SUPOSTA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. SITUAÇÃO DE ILIQUIDEZ QUANTO AOS FATOS SUBJACENTES AO PROCESSO PENAL. CONTROVÉRSIA QUE IMPLICA EXAME APROFUNDADO DE**



**FATOS E CONFRONTO ANALÍTICO DE MATÉRIA PROBATÓRIA. INVIABILIDADE NA VIA SUMARÍSSIMA DO PROCESSO DE HABEAS CORPUS. PARECER DA DOUTA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELO NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO"** (AgR no RHC n. 126.420/RS **Segunda Turma**, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJe de 15/03/2017, grifei).

Convém observar, ainda, que, ausente abuso de poder, ilegalidade flagrante ou teratologia, o exame da existência de **materialidade delitiva** ou de **indícios de autoria** demanda amplo e aprofundado revolvimento fático-probatório, incompatível com a via estreita do **habeas corpus**, que não admite dilação probatória, reservando-se a sua discussão ao âmbito da instrução processual.

Nesse sentido:

*"RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES DE AUTORIA. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. GRAVIDADE DO CRIME. PERICULOSIDADE DA AGENTE. VINCULAÇÃO COM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. NÃO CABIMENTO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INAPLICABILIDADE DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.*

*1. Inicialmente, com relação às alegações de ausência de indícios de autoria, tal análise demanda o exame aprofundado de todo conjunto probatório como forma de desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, sobre a existência de provas suficientes para ensejar uma possível condenação do recorrente, bem como a respeito da sua participação na empreitada criminosa, providência inviável de ser realizada dentro dos estreitos limites do habeas corpus e do recurso em habeas corpus, que não admitem dilação probatória.*

*[...]*

*Recurso ordinário desprovido"* (RHC 90.454/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe 24/08/2018).

**"RECURSO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. INDÍCIOS DE AUTORIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.**

**1. Para verificar se os elementos até então obtidos são suficientes para demonstrar a autoria delitiva, seria necessária ampla dilação probatória, o que é vedado na via estreita do habeas corpus.**

**2. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312 do CPP.**

**3. O Juiz de primeiro grau, ao indeferir o pedido de liberdade ao réu, manteve a prisão preventiva para garantir a ordem pública, ante a periculosidade do paciente, evidenciada pelo modus operandi por ele empregado - quatro agentes, todos com arma de fogo, e restrição da liberdade da vítima por duas horas, que foi colocada no porta-malas do veículo.**

**4. Recurso não provido" (RHC 100.760/GO, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe 28/08/2018, grifei).**

Firmados esses pressupostos, transcrevo os seguintes trechos do v. acórdão recorrido para delimitação da **questio** sob exame (fls. 110-111, grifei):

**"VOTO**

**II - De acordo com as informações da autoridade impetrada, o paciente e outros dois indivíduos foram denunciados no dia 18 de julho de 2018, pela suposta prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal, sendo a exordial acusatória recebida em 7 de agosto de 2018, nos autos de n. 0000055-11.2018.8.05.0161.**

**Informou que, conforme consta em relatório de fase inquisitorial, o paciente fez, supostamente, parte do grupo que no dia 11 de setembro de 2015, por volta das 23h30min, deflagrou tiros com armas de grosso calibre na estrada do Polivalente, Beco da Baiuca, na cidade de Maragogipe, contra Max Aurélio Prazeres da Silva, o qual foi atingido em regiões vitais com vinte e três projéteis, ocasionando-lhe a morte.**

**Noticiou, outrossim, que o ora paciente foi citado em 13 de setembro de 2018, mas até o momento não foi apresentada sua defesa prévia, encontrando-se os autos aguardando o retorno da carta precatória para**

*citação do corréu Joabe dos Santos Boaventura.*

*Como visto, alega o impetrante a existência de constrangimento ilegal, sob o fundamento de que a inicial acusatória fora recebida sem que exista justa causa, porquanto não apontou o mínimo de indício de autoria exigido para tanto, razão pela qual pugna pelo trancamento do procedimento de persecução criminal.*

*Inicialmente, cumpre destacar que o trancamento da ação penal por ausência de justa causa, na via estreita do habeas corpus, é medida excepcional, somente admissível quando evidenciada a atipicidade do fato, a ausência de indícios de autoria e materialidade ou na ocorrência de causa extintiva da punibilidade, o que não é o caso dos autos.*

*Nesse sentido, é o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema:*

*[...] O trancamento da ação penal constitui medida excepcional, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, a atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção de punibilidade ou a ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria, o que não ocorre na espécie. II - Segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a presença de indícios mínimos de materialidade e autoria. A certeza, a toda evidência, somente será comprovada ou afastada após a instrução probatória, prevalecendo, na fase de oferecimento da denúncia o princípio do in dubio pro societate. [...1 (STJ, RHC 95.006/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 20/06/2018)*

*Na hipótese vertente, extrai-se da exordial acusatória, em síntese, que no dia 11 de setembro de 2015, por volta de 23h30min, na Estrada do Polivalente, no Beco da Baiuca, em Maragogipe, o ora paciente, conhecido como "NAZARÉ", na companhia dos corréus Ademir Raimundo Lopes dos Santos, Joabe dos Santos Boaventura e Sandro Carvalho dos Santos, portando armas de fogo, deflagraram tiros contra a vítima Max Aurélio Prazeres da Silva, atingindo-lhe as regiões vitais, razão pela qual ocasionaram sua morte.*

*Segundo a peça acusatória, os acusados integram a facção criminosa denominada por "KATIARA", sendo esta responsável pela distribuição de drogas na cidade de Maragogipe e por homicídios ocorridos na região.*

*Com efeito, exsurge dos autos que a prova da materialidade está evidenciada através do Laudo de Exame de Necrópsia, no qual consta que a vítima faleceu por traumatismo crânio encefálico decorrente de instrumento perfuro contundente, qual seja, projétil de arma de fogo (fls. 2/5 do ID 1968545).*

*No que tange aos indícios de autoria, verifica-se do encarte processual que foram realizadas interceptações telefônicas, cujos áudios produzidos demonstraram que, "embora tivesse ciência do planejamento do*

referido ataque, o alvo HARIM não teria participado da investida por conta do seu braço ferido, possivelmente proveniente de disparo de arma de fogo, revelando terem integrado o bando os indivíduos identificados como 'SHARON', 'DINO', 'MIKA', 'ZE COMÉIA', ANDRE, 'NAZARÉ', JOAB, JOSÉIAS e 'LATOIA', dentre outros, sendo na ação utilizados três veículos e dois 'bicos' possivelmente referindo-se a um Fuzil" (fl. 5 do ID 1968547), não havendo que se falar, portanto, em ausência de suporte probatório para início da ação penal.

Desta forma, restando indubitável a existência de justa causa, o pleito de trancamento da ação penal aqui formulado, é medida que, na hipótese, revela-se inviável.

#### CONCLUSÃO

III - Ante o exposto, na esteira do parecer ministerial, denego a ordem de Habeas Corpus impetrada."

Como visto, o eg. Tribunal de origem, ao analisar o **habeas corpus** originário, consignou existirem elementos suficientes para a continuidade da ação penal, salientando a presença, ao menos em tese, da materialidade e da autoria delitivas, bem como ausentes quaisquer causas que justificassem o trancamento da ação penal na via do **mandamus**.

Destaca-se, nesse sentido, o que foi consignado na exordial acusatória a corroborar a constatação da eg. Corte Estadual da presença de indícios mínimos de autoria e materialidade no caso em tela, a justificar a continuidade da citada ação penal (fls. 13-14 - grifei):

*"Aflora dos autos que no dia 11/09/2015, por volta das 23:30 horas, na Estrada do Polivalente, Beco da Baiuca, nesta Comarca, os acusados, portando armas de fogo calibres nominal .45 Auto, .40 S&W, .38 SPL e 9 mm, deflagraram tiros contra Max Aurélio Prazeres da Silva, o qual foi atingido em regiões vitais com vinte e três projeteis, ocasionando-lhe morte, laudo de exame de necropsia de fls.*

*Registra a prova colhida que os acusados, fazem parte da facção denominada KATIARA, associação criminosa distribuidora de drogas nesta cidade, sendo seus integrantes apontados como autores de vários homicídios.*

*Emerge do procedimento investigatório que a prática do ilícito decorreu de animosidade entre as facções, em virtude de disputa de pontos de tráfico.*

*Assim agindo, incorreram os denunciados nas penas do art. 121 parágrafo 2º, inciso IV do Código Penal, combinado com o art. 29 do mencionado dispositivo de lei [...]"*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Desse modo, não se mostra possível, neste momento, discordar das instâncias ordinárias, principalmente na estreita via do **habeas corpus**, ou recurso em **habeas corpus**, e vislumbrar motivação plausível a justificar o trancamento da citada ação penal por ausência de justa causa.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário em **habeas corpus**, com fulcro no art. 34, XVIII, "b", RISTJ.

P. I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator